

A Inconfidência Pernambucana Teias e Efeitos

*Carlos Bessa**

Resumo: A Inconfidência Pernambucana de 1817 insere-se entre as manifestações de rebeldia, prólogos da proclamação da Independência do Brasil. Suas motivações, inspirações e seus efeitos são apreciados neste artigo.

Palavras-chave: Conde dos Arcos, Hipólito da Costa, Domingos José Martins.

Os historiadores divergem quanto à Inconfidência Pernambucana de 1817 ser devida a grave incidente militar ocasional ou a planos de lojas maçônicas e sociedades secretas, academias e clubes locais apologistas das idéias revolucionárias francesas.

O secretismo e as teias sinuosas deste tipo de instituições obrigam à prudência de julgamento, por muitas vezes ele não se poder apoiar em documentação que afaste dúvidas ou forneça esclarecimentos objetivos. Com relativa frequência fatos atribuídos à maçonaria limitam-se ao aproveitamento de iniciativas alheias.

No caso do Brasil, além disso, havia maçons que defendiam a república e a independência e outros a ligação a Portugal e

à monarquia, mas com maior autonomia e liberalização econômica.

Vinham de longa data os desentendimentos entre “reinóis” e “filhos da terra” devidos, sobretudo, à discriminação em prejuízo destes na governação militarizada das capitanias. D. João atenuara-as, mas apenas nas províncias mais próximas do Rio. Porém, porque as manteve nas mais afastadas, e sobretudo em Pernambuco, a situação não melhorou.

O inconformismo dos brasileiros cresceu desde que as famílias mais ricas, principalmente as de Minas Gerais, passaram a enviar os filhos a estudar na Universidade de Coimbra, que se tornara muito receptiva às idéias progressistas francesas após a reforma de Pombal de 1772. Acresce que depois não poucos dali seguiram para a Universidade de Montpellier, considerada o centro europeu de iniciação maçônica por excelência.

* Coronel do Exército português, Secretário-Geral da Comissão Portuguesa de História Militar. Comunicação apresentada em 14 de novembro de 2000, no Palácio da Independência, Lisboa, Portugal.

O que parece mais exato quanto à implantação da fugaz “república” de Pernambuco – durou 74 dias – é tê-la como resultante do incidente provocado por um reinolter injuriado os brasileiros e ser agredido por um oficial do Regimento Henrique Dias, isto é, de negros, e o Governador Miranda Montenegro ter recebido na ocasião a denúncia de estar a planejar-se uma conjura.

Foi mandado reunir o Conselho de Guerra sem para ele ser convocado o seu único membro pernambucano, onde se decidiu prender os civis e militares suspeitos.

O Brigadeiro Barbosa de Castro, confiante em excesso na sua autoridade, investiu com dureza os oficiais no Regimento de Artilharia, ripostando um deles, a quem foi dada voz de prisão. O Capitão Barros Lima, seu camarada, desembainhou a espada e desferiu uma estocada no brigadeiro, o mesmo fazendo outro oficial, causando-lhe a morte.

O ajudante do governador, mandado a reunir tropas para prender os amotinados, foi abatido a tiro. O governador refugiou-se no Forte do Brum, mas os revoltosos forçaram-no a embarcar para o Rio de Janeiro, onde ficou imediatamente sob prisão, sem ser ouvido sequer por nenhum membro do Governo.

Foi então constituído o Governo Provisório e o Conselho de Estado em Pernambuco por comerciantes, militares e clérigos, que se caracterizaram pela sua ineficácia. Aderiram ao movimento a Paraíba e o Rio Grande do Norte, mas o Ceará não.

Seguiram enviados em busca de apoios externos: Antônio Gonçalves da Cruz, por alcunha o Cabugá, para os Estados Unidos

a pedir também o reconhecimento do novo Governo; o negociante inglês Koster para Londres, a contactar com Hipólito José da Costa, diretor do influente jornal *Correio Braziliense* e membro destacado na loja maçônica Lusitana 184; e Félix José Tavares de Lima para estabelecer ligação com os rebeldes do Paraguai.

O advogado e antigo clérigo José Ignácio de Abreu e Lima, com seu entusiasmo sem resguardo, seguiu para Alagoas a aliciar adesões, ali as obtendo muito numerosas.

Era grande o interesse pelo Brasil por parte de quantos lutavam pela emancipação americana, marcada pela diversidade e variedade das teias dessa luta.

Sugestivo exemplo é o do Capitão Francisco de Miranda, venezuelano, em cujas veias corria sangue português e entre as muitas línguas que falava contava-se a nossa. Integrado ao Exército espanhol no cerco dos ingleses de Pensacola, em 1781, que muito contribuiu para a derrota destes e a independência dos Estados Unidos, distinguiu-se por modo a ser promovido a tenente-coronel.

Desde essa data até morrer, em 1816, empenhou a vida na libertação da América. Correu mundo a estudar culturas e conhecer destacadas figuras, entre as quais: Catarina da Rússia, a quem falou já então na abertura de um canal na Nicarágua para facilitar a ligação do Atlântico ao Pacífico; Napoleão, a quem desaconselhou pensar na conquista da Península Ibérica, cuja tentativa lhe viria a ser fatal; e os três primeiros presidentes dos Estados Unidos. Em Londres, fundou a loja maçônica Grande Reunião Americana, onde se iniciaram Bolívar, San Martín, O’Higgins

e o diretor do *Correio Braziliense* Hipólito José da Costa, de quem já falamos.

Em 1806, com os reduzidos meios obtidos dos Estados Unidos e da Inglaterra, lançou-se nessa gigantesca tarefa, nela se havendo de modo tal que a História lhe conferiu o título de Precursor da Independência Americana. Antes combatera nos exércitos da Revolução Francesa, sendo promovido a general e depois preso, havendo-se por forma a tornar-se o único americano a ter inscrito o seu nome no Arco do Triunfo da Étoile, em Paris.

O historiador venezuelano Parra Perez revelou, em 1936, documentos do arquivo do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros comprobativos de que nos planos de Miranda estava incluída a independência do Brasil. Dispunha para isso de correspondentes no Rio de Janeiro, em Lisboa e no Porto. Pretendia revolucionar o Brasil através de um partido a servir-se dos depósitos de armas introduzidas pelo contrabando favorecido por funcionários de diversas capitanias.

Sousa Coutinho informava de Londres que havia conjurados na Europa aguardando apenas indicação de partirem imediatamente para o Brasil. Esses planos de Miranda, previstos para 1807, iam ao ponto de ter mesmo redigida uma proclamação para difundir na altura, negando a legitimidade da soberania portuguesa e, o que é mais curioso, adotando como divisa da insurreição “Liberdade ou Morte”, tão semelhante à usada dezesseis anos mais tarde por D. Pedro no Ipiranga. Contava poder reunir no levante uma força de 40 mil homens.

Mesmo antes do plano de Miranda, o Brasil havia começado a agitar-se. Em

1789, mas antecipando-se à Revolução Francesa, os homens ricos e as elites intelectuais planejaram uma mudança de cunho autônomo e republicano – a Inconfidência Mineira. O seu programa desconhece-se pois, se existia, do que muitos duvidam, foi destruído pelo autor hipotético, o português Tomás Antônio Gonzaga. Nos seus planos estava implicado José Joaquim da Maia, um dos que estudaram em Montpellier, e que, no ano anterior, além de se corresponder sob o pseudônimo de Vendek, se encontrou com Jefferson em Nîmes, falando-lhe na vontade de os brasileiros se rebelarem contra o domínio português. O americano, frisando só falar a título pessoal, afirmou-lhe que os Estados Unidos encarariam o êxito da tentativa com bons olhos.

Minas, enriquecida pelo ouro, de zona mineira volveu predominantemente agrícola e auto-suficiente. Repudiava a situação colonial típica existente, mas pode dizer-se não ter chegado a haver uma conspiração no que apenas representou uma forte ação subversiva de propaganda. Denunciada, foi sufocada, porém, com violência, sendo executado o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que, pela sua coragem e estoicismo, se tornou um dos maiores heróis e símbolos da Independência brasileira.

Em 1792, no entanto, eclodiu na ilha francesa de São Domingos uma revolta de feição muito diferente. Por influência dos ventos vindos da França, assumiu caráter racial e partiu de “gente de classe ordinária”, como escreveu D. Fernando de Portugal, que lutava pela liberdade dos escravos.

Os seus efeitos repercutiram no Brasil. Em 1798, eclodiu a Conjura Baiana ou dos Alfaiates. As paredes e igrejas de Salvador encheram-se de cartazes reivindicando a liberdade dos escravos e manifestavam-se tanto contra o domínio português como contra os grandes proprietários brasileiros. Tal cunho racial assustou principalmente os últimos. Sufocada também com violência, além dos presos e degredados, foram executados dois alfaiates e dois soldados.

Essa evolução abriu perspectivas novas ao entendimento entre o Governo português e os brasileiros. O plano de Rodrigo de Sousa Coutinho de se criar um grande império luso-brasileiro, onde se ultrapassassem “banais declamações” para concretizar equitativas e esclarecidas reformas, encontrou, assim, algumas condições de aceitação.

Não obstante, em 1801 foi apresentada denúncia de o Capitão José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque haver escrito uma carta do Reino a seu irmão mais velho Francisco de Paula, senhor do Engenho Suassuna e Coronel da Freguesia do Cabo, recomendando-lhe que se opusesse à cobrança no Recife do empréstimo para cobrir as despesas de guerra contra a Espanha.

Manuel Arruda da Câmara, outro brasileiro que frequentou Montpellier, fundou no regresso o Areópago de Itambé, onde os três irmãos Cavalcanti, os dois mencionados e Luís Francisco de Paula, eram figuras destacadas e assíduas.

Do plano da conspiração de Suassuna, segundo a denúncia, pretendia-se ainda fazer de Pernambuco uma república, tendo Napoleão como protetor.

Os dois irmãos Cavalcanti de Albuquerque foram presos, assim se mantendo até 1802 e, segundo consta, só vieram a ser soltos à custa de muito dinheiro. O Areópago foi extinto por ser tido como o elo de ligação com a Maçonaria.

O Governador e Capitão-General da Bahia, 8º Conde dos Arcos, teve conhecimento da revolta e do manifesto dos revoltosos no dia 14 de março, quando a Salvador chegaram dois fugitivos vindos do Recife na sumaca *São Mateus*. A ilustração abaixo reproduz a gravura mandada fazer em Londres pela Associação Comercial da Bahia para distribuir a seus sócios, após ter sido dominada a conjura.



D. Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos.

Começou a tomar medidas imediatamente. No dia 20 enviou artilharia ligeira e munições para Sergipe e uma caravela, uma escuna e o bergantim *Príncipezinho*, arti-

lhados, para bloquearem a entrada de gêneros de primeira necessidade no Recife.

Gerado pânico em Salvador, o Conde dos Arcos mandou enforcar sumariamente alguns negros implicados e prender mais sessenta suspeitos; criou a Legião Miliciária, o Batalhão de Caçadores de Vila Nova e preencheu vagas de oficiais no Regimento de Milícias de Sergipe d'El-Rei. Como Abreu e Lima atuou com tal ostensividade nos aliciamentos em Alagoas, após o embarque deste em Maceió, prendeu-o imediatamente, em 26 de março, quando desembarcava com um filho na decantada praia de Itapoã.

Em 29, após julgamento sumário, foi o mesmo executado no Campo da Pólvora na presença dos filhos, o que viera com ele e o Capitão José Ignácio, por seu feitio brigão a cumprir pena no Forte de São Pedro da Bahia, acusado de assuada, resistência e ferimentos, prisão essa que o deve ter livrado da morte por não se ter chegado a envolver ativamente na conjura.

Oliveira Lima nota que uma única vez D. João VI não perdoou. Foi na revolução de Pernambuco, em que se multiplicou para evitar o seu contágio ao resto do Brasil com uma energia e uma firmeza não mais repetidas. Não impediu que os chefes do movimento sofressem a força e os cárceres se enchessem de implicados nele. Assim reforçaria a monarquia de modo a permitir-lhe estender-se a todas as disseminadas províncias, apetrecharia o País com os principais instrumentos do progresso e abri-lo-ia esperançoso às conquistas da inteligência.

Foram rigorosas as ordens enviadas ao Conde dos Arcos através do Conde da

Barca para sufocar a revolta, aprovando a execução do Padre Abreu e Lima e outras medidas, dando-lhe conta de que seria enviada do Rio uma flotilha de uma fragata e duas corvetas para reforço do bloqueio do porto do Recife e mais uma expedição terrestre. Veio a ser comandada pelo Almirante Rodrigo Lobo.

Reagiu o Conde dos Arcos considerando inexecutável o fornecimento de cavalos e do batalhão de milícias, por ter este como indispensável para a defesa de Salvador. Melhor seria organizá-lo em Sergipe com gente mais adequada e que efetuaría marchas menos forçadas. Em posteriores comunicações dizia-lhe que o comandante da expedição terrestre seria o Brigadeiro Luís do Rego Barreto e ordenava-lhe que fornecesse um contingente militar, munições e o respectivo transporte e gratificação da oficialidade e marujos, autorizando-o a promover os oficiais que se distinguissem na repressão de Pernambuco, recomendando-lhe ainda que com ele combinasse as medidas conducentes ao bom êxito da expedição e se evitassem discórdias provenientes de conflitos de jurisdição.

Entretanto, o Conde dos Arcos não tinha descurado a divulgação dos manifestos à população de Pernambuco, datados de 21 e 29 de março.

Após autorização do Rei para o Conde dos Arcos agir fora da sua área de jurisdição, como propusera, o Marechal-de-Campo Cogomilho de Lacerda seguiu para Alagoas e dominou a revolta na Paraíba, conforme descreve o pai do sargento-mor daquela capitania. A situação começara a inverter-se, pelo que o marechal de lá par-

tiu para Pernambuco derrotando o Coronel Suassuna no Engenho de Utinga. A desorientação entre os revolucionários era já muito grande e outras forças foram desbaratadas em Serinhaém e no Engenho Paulista. O chefe do Governo Provisório, Domingos José Martins, persistiu em resistir, mas acabou vencido e preso.

No dia 20 de maio, as tropas vindas do Rio sob o comando do Almirante Rodrigo Lobo desembarcaram aclamadas com entusiasmo pela população que em grande parte também não negara, no início, apoio aos revoltosos. Quando Luís do Rego Barreto partiu de Salvador com as suas tropas para assumir o governo de Pernambuco sabia já da rendição dos inconfidentes. Os seus habitantes também renderam expressiva homenagem ao Conde dos Arcos.

O tratamento dos implicados foi duríssimo, como dissemos, e nem os pedidos de clemência dos governadores da Bahia e de Pernambuco foram suficientes para o Rei mandar evitar excessos e só vir a dar por finda a devassa na data da sua coroação, em 6 de fevereiro de 1818.

As diligências dos revoltosos em Londres esbarraram com as críticas de Hipólito José da Costa, por ser adverso à república e adepto, na época, da manutenção do Reino Unido, embora com uma crescente intervenção dos brasileiros. Além disso, não acreditava nos seus chefes, a quem, no *Correio Braziliense*, atribuiu “total ignorância em matéria de governo, administração e modo de conduzir os negócios públicos”, nem esquecia a desavença pessoal havida com o chefe do Governo Provisório, Domingos José Martins. A influência

de que dispunha terá contribuído muito para que a Inglaterra se negasse a fornecer-lhes material de guerra.

Nos Estados Unidos, Cabugá não conseguiu o reconhecimento do Governo revolucionário, nem ser recebido pelo presidente. Mas, além dos tormentos causados ao Abade Corrêa da Serra, Ministro de Portugal, obteve êxitos consideráveis: a nomeação de um cônsul para Pernambuco, Joseph Ray, favorável aos revoltosos e que apoiava o grupo de bonapartistas contratados entre os cerca de dez mil que nos Estados Unidos se haviam refugiado após 1815; e a autorização de compra de armas, munições e mantimentos, além de barcos para o seu transporte.

Muitos planos se conceberam para libertar Napoleão de Santa Helena, a que se referem, por exemplo, Donatello Grieco no interessante livro reeditado pela Biblioteca do Exército do Brasil, Ferreira da Costa na *Revue du Monde Latin* em 1886, ou Fernand Beaucour, Diretor do Centro de Estudos Napoleônicos, entre outros. Este reproduz, no opúsculo que me ofereceu – *Un exemple de project formé en Amérique pour délivrer Napoléon de Sainte Hélène* –, a primeira página da *Mémoire sur un project d'enlèvement de Napoléon*, de um desconhecido Vilkinson, bem como um documento da Biblioteca Nacional de Paris anunciando que até houve outro plano para a libertação se efetuar em balão (!) transportado para a ilha num navio a armar em Pernambuco, no qual se evadiria com a esposa do Marechal Bertrand, casal que o acompanhara no exílio.

É interessante observar a posição relativa entre Pernambuco, a Ilha de Fernando de Noronha – onde em alguns planos se concentrariam os invasores – e a Ilha de Santa Helena: formam um triângulo.

Em Santa Helena, além das escarpadas costas, havia grutas onde se poderiam abrigar os assaltantes, material e mantimentos antes da invasão. Algumas zonas eram tidas como de mais fácil acesso para a invasão, em especial Prosperous Bay, de onde, consumado o rapto, se transportaria Bonaparte para algures nos Estados Unidos.

Com esse fito se deslocaram para o Brasil alguns bonapartistas contratados por Cabugá, que, no entanto, só lá chegaram com a revolução pernambucana já dominada, o que lhes inviabilizou o intento.

Uma última referência às teias e efeitos internacionais relacionados com a Inconfidência Pernambucana se deve a José Ignácio de Abreu e Lima, o filho do executado Padre Roma, que ficara preso na Fortaleza de São Pedro, em Salvador.

Tendo ele e o irmão recebido auxílio da Maçonaria no valor de 100 pesos em moeda, foi-lhes possível a fuga da prisão em outubro de 1817, e chegarem aos Estados Unidos em fevereiro de 1818. No ano seguinte, escreveu José Ignácio, de Angostura, uma carta a Bolívar a oferecer-lhe os seus serviços, que foram aceitos. Deles se envaidece a ponto de dizer que, quando acabasse, seu nome ficaria envolto com os honrosos títulos de Libertador da Venezuela e da Nova Granada, de vencedor em Boyacá, em Porto Cabello e em Carabobo. Isso fez dele general de Bolívar e seu nome ficou gravado entre os dos próceres da in-

dependência da Venezuela em monumento de Caracas, bem como lugar reservado, embora não ocupado, no Panteão Nacional, onde está sepultado Bolívar. Regressando à Pátria, foi também sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, escrevendo uma contestada História do Brasil.

Além dos motivos apontados por Oliveira Lima, afigura-se-nos ter havido outros para esta excepcional dureza de D. João VI.

O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, criado por carta de lei de 16 de dezembro de 1815, era posto em causa pela insistência dos portugueses no regresso do Rei a Lisboa, deixando por isso de se manterem “colônia de uma colônia”.

Em maio de 1817 foi denunciada uma conjura em Lisboa, cujos implicados foram presos no dia 26, isto é, seis dias depois da reocupação do Recife e antes mesmo de o seu novo governador haver assumido funções. Os implicados eram poucos e sobretudo militares, e um deles era Gomes Freire. Dizia-se serem dos que estiveram na França, “daqueles que se reúnem em sociedades clandestinas, e para melhor dizer, não concorrerão para a defesa do Reino”. Portanto, pertenciam à Maçonaria do rito francês. Houve confissões de os objetivos serem assassinar Beresford, impedir o embarque de tropas para Pernambuco e acusar D. João VI do crime de alta traição por querer abandonar o Reino e viver sempre no Brasil.

Além disso, os espanhóis, reagindo à interferência portuguesa no Rio da Prata, concentravam 12 a 15 mil homens junto à fronteira do Alentejo para invadir Portugal, só não o fazendo devido às dificuldades in-

ternas que os liberais levantaram a Fernando VII e aos problemas criados pelos movimentos emancipacionistas das colônias espanholas da América.

A má vontade dos portugueses pela presença de D. João VI no Brasil persistiu e terá sido o principal incentivador da Revolução Liberal do Porto em 1820, o que acabou por obrigar o Rei a regressar a Lisboa em 1821. A aparente vitória do partido francês acabou por beneficiar a Inglaterra, quer pela retirada e disponibilização dos quadros militares mantidos em Portugal, quer sobretudo por o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve se haver desmembrado, como ela pretendia em proveito do seu comércio.

Após termos falado da dureza da represão dos portugueses, devemos acrescentar que não veio a ser menor a dos brasileiros de Pernambuco depois da Independência do Brasil contra os “marinheiros”, como depreciativamente lhes chamaram durante décadas. Foi devido a ela que um primeiro grupo de 180 portugueses seguiu para Angola em 23 de maio de 1849, onde enfrentou enormes privações para se fixar e vir a criar a povoação de Moçâmedes. Por curiosa coincidência, o barco que para lá os levou tinha o auspicioso nome de *Tentativa Feliz*.

Acabamos de analisar a Inconfidência Pernambucana, não apenas no quadro regional dos desentendimentos entre portugueses e brasileiros, mas também como gérmen anunciador da independência do Brasil e, no quadro universal, quanto à influência que sobre ela exerceram as novas ideias liberais e as instituições maçônicas de

decisiva importância para a independência das inúmeras nações americanas.

Para muitos historiadores brasileiros, com particular destaque para Américo Jacobina Lacombe, o período da chamada História Colonial do Brasil é diferente do da colonização de qualquer outra nação americana, que bem merece ser mais profundamente estudado, como escreveu.

Nela, a luta travada para vencer os tremendos desafios de caráter geográfico, étnico, ideológico e de outras naturezas caracterizou-se por episódios de assombrosa grandeza, de mistura com outros de violência chocante. Todavia, conseguiu-se uma fusão cultural, étnica e religiosa e uma conciliação entre a unidade que se manteve, não obstante a diversidade dos núcleos de civilização que se foram criando, isolados e distantes, tão difíceis eram as comunicações existentes na colossal imensidão do território.

Para manter essa unidade não bastaram apenas os fatores culturais da língua, da religião e do direito. A Corte desempenhou também papel de grande importância, como elemento centralizador compensatório da descentralização a que a natureza apelava. Logo, desde quando atuou a partir da Europa e foi o além-mar do Brasil, mas sobretudo quando se fixou no Rio e garantiu a unidade mediante a centralização suficiente para se manter a Monarquia de cunho lusitano que evitou a pulverização ocorrida nas colônias espanholas. Sem esse elemento congregador, nem o extraordinário legado do cinturão de fortalezas erguidas pelos portugueses em pontos-chave ao longo das extensíssi-

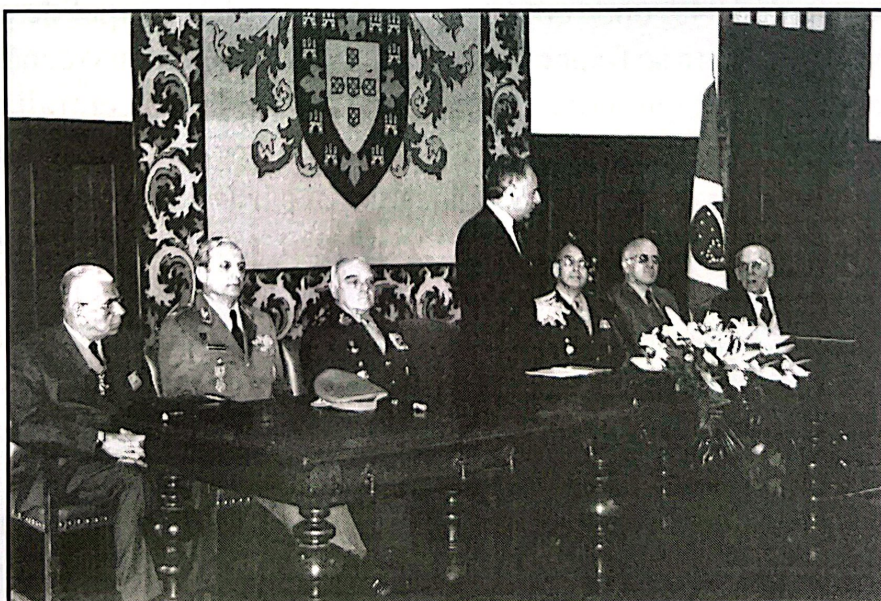
mas fronteiras bastaria para evitar as indesejáveis fraturas.

Não sendo de menor dimensão os desafios que nos esperam no futuro, mau será se o Brasil e Portugal se não aliarem em concretos empreendimentos para os vencerem juntos, investindo as potencialidades do modo de ser dos nossos dois povos, que poucos dos demais possuem em tão alto grau, e que na anunciada conjuntura da mundialização globalizante muito podem contribuir para melhores e mais proveitosos contatos estabelecerem e mais se prestigiarerem perante os restantes povos do mundo.

Que o presente colóquio e o já realizado no Rio, fazendo coro com as afirmações do meu amigo Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Coronel Macedo Carvalho, constituam contributo para alcançar tal objetivo, como esperamos, por neles se ter ouvido e bem correspondido à recomendação do saudoso e sábio, de coração e pensamento luso-brasileiro, Américo Jacobina Lacombe, a quem me apraz lembrar e prestar sen-

tida homenagem nesta oportunidade, com a grata lembrança da fidalga e discreta amizade com que me distinguiu ao receber-me, como Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas comemorações do Centenário dessa douta Instituição.

Este aprofundar do estudo do período histórico da colonização portuguesa, no seu entender, mostrá-la-á muito diferente da de qualquer outra nação da América. Sem isso querer significar, acrescente-se, total ausência de pecado, incompatível com a grandeza espantosa da obra que resultou: o Brasil. O que defendeu e documentou foi ter havido fatos e atitudes muito mais importantes e significativos que para isso contribuíram do que as injustas, capciosas ou pouco esclarecidas “lendas negras” em que se comprazem tantos que sobre a matéria preconceituosa ou superficialmente se pronunciam e, desse modo, contribuem para nos distanciarmos e nos desinteressarmos de novos e significativos projetos comuns que a mesma língua e idêntica idiossincrasia muito facilitariam.



Abertura dos trabalhos na 2ª fase do simpósio pelo Secretário da Defesa de Portugal – Palácio da Independência, Lisboa.